



Eixo Temático: Território, Governança e Mercado de Trabalho

**Precarização e feminização do trabalho da catação de matérias
recicláveis: consequências e desafios**

*Precariousness and feminization of the work of collecting recyclable materials:
consequences and challenges*

*Precaridad y feminización del trabajo de recolección de materiales reciclables:
consecuencias y desafíos*

Érica Terezinha Vieira de Almeida¹

Tatiane Leite Soares²

¹ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/ Campos dos Goytacazes/RJ.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes/RJ e mestranda em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo.

RESUMO

Fruto de pesquisa e extensão com os Catadores do antigo lixão da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) em Campos dos Goytacazes/RJ, fechado em 2012, o artigo propõe trazer novos dados e análises sobre este grupo, fortemente vulnerabilizado após a criação das quatro Cooperativas, entre 2015 e 2017. As Cooperativas são conquistas da organização e manifestações públicas, tendo como protagonismo coletivo dos catadores, especialmente, das catadoras, pelo reconhecimento do seu direito ao trabalho e envolveu, negociações com as instituições governamentais, dentre outras participações nas esferas públicas, assim como nas mídias locais. Com isso, visa discutir também as dificuldades atuais para o desempenho do trabalho dos catadores e a permanência das cooperativas. À vista disso, nota-se que o perfil majoritário dos cooperados são de mulheres negras vulnerabilizadas, que têm o direito ao trabalho negligenciado pelo poder público local, pois não reconhece a participação das cooperativas na coleta seletiva como uma alternativa à política efetivada historicamente por grandes empresas privadas. Ocasionalmente o aprofundamento na precarização da vida dessas mulheres, que se acrescenta a mercantilização e a extrema focalização das políticas sociais engendradas pelo neoliberalismo. Com base em pesquisa quanti-qualitativa e observação participante, este trabalho pretende, a partir da interlocução com a bibliografia de referência, problematizar a situação atual das Cooperativas, destacando o seu perfil, os problemas e conflitos apresentados pelos seus cooperados no processo de autogestão em contexto de aprofundamento do neoliberalismo e seus impactos na reprodução social das catadoras de recicláveis de Campos dos Goytacazes.

PALAVRAS-CHAVE: Campos dos Goytacazes; Catadores de Materiais Recicláveis; Trabalho

SUMMARY

The result of research and extension with the Collectors of the former Codin dump in Campos dos Goytacazes/RJ, closed in 2012, the article proposes to bring new data and analyses about this group, highly vulnerable after the creation of the four Cooperatives, between 2015 and 2017. Cooperatives are achievements of the organization and public demonstrations with the collective protagonism of collectors, especially female collectors, for the recognition of their right to work and involved negotiations with government institutions, among other participations in public spheres, as well as in local media. With this, it also aims to discuss the current difficulties in carrying out the work of collectors and the permanence of cooperatives. In view of this, it is noted that the majority profile of cooperative members are vulnerable black women, whose right to work is neglected by the local public authorities, as it does not recognize the participation of cooperatives in selective collection as an alternative to the policy historically carried out by large private companies. Causing the deepening precariousness of these women's lives, which is added to the commodification and extreme focus of social policies engendered by neoliberalism. Based on quantitative-qualitative research and participant observation, this work intends, through dialogue with the reference bibliography, to problematize the current situation of Cooperatives, highlighting the profile, the problems and conflicts presented by their members in the self-management process in context of deepening neoliberalism and its impacts on the social reproduction of recyclable collectors in Campos dos Goytacazes.

KEYWORDS: Campos dos Goytacazes; Recyclable Collectors; Work.

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento do capitalismo, particularmente, na era da sociedade do consumo, o lixo passou a ser incorporado na lógica de produção capitalista como matéria-prima, pela intermediação da inovação tecnológica. Com isso, a relação com o lixo foi se modificando, a partir da necessidade de separação do material reciclável do material orgânico, segundo os preceitos ecológicos e higienistas. Com o aumento do consumo, aumentou-se também a quantidade de resíduos descartados em locais inadequados, desencadeando diversas epidemias no século XX. No Brasil há a dengue, causada pelo mosquito que se proliferam a partir da água que se acumula em recipientes como garrafas pets, caixinhas de leite, pneus e dentre outros, que acabam sendo descartados de forma inadequada. Para além do controle de doenças, a política higienista foi responsável por amontoar a população mais pobre nas periferias e guetos das cidades, junto aos lixões. Com isso, as doenças também foram empurradas junto com a pobreza para as periferias; um fenômeno conhecido por “higienização social” (GRECCO, 2014).

Com a necessidade de controlar a produção do lixo, em grande escala, surge a indústria de reciclagem. Essa foi a forma pela qual o capitalismo encontrou de se apropriar do que “descarta” – o lixo (GRECCO, 2014). O trabalho de catação de materiais recicláveis é caracterizado por ser uma atividade precarizada e mal remunerada (IPEA, 2016), que consiste na catação de resíduos pós consumo, descartados nas ruas, residências e lixões, e demais pontos de coletas.

Segundo Ecurra (2011) a catação de materiais recicláveis constitui o primeiro elo da indústria da reciclagem; aquele mais insalubre e desprotegido; um trabalho informal, sem regularização e direitos trabalhistas. O trabalho da catação de materiais recicláveis pode-se desenvolver através da catação nas ruas ou em associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Em nenhum dos dois casos é assegurado direitos trabalhistas, permanecendo na informalidade. Muitas vezes, os catadores e as catadoras trabalham sem nenhum tipo de subsídio e proteção durante o manuseio o lixo. O trabalho na catação “[...] consiste em recolher nas ruas, em pontos de coleta, em lixões a

céu aberto, em cemitérios, hospitais, entre tantos outros lugares, produtos industrializados descartados e em separá-los de acordo com uma classificação específica de tipos de materiais.” (GRECCO, 2014, p. 23).

A atividade de catação está estritamente vinculada à indústria de reciclagem, uma depende da outra. Só foi possível que a indústria da reciclagem tomasse grandes proporções no Brasil, a partir do momento da compreensão que a separação do material reciclável do lixo era uma tarefa de baixo custo. Para Bosi (2008, p. 104) isso ocorre devido ao trabalho “[...] realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado.” O autor conclui que por este motivo a catação aglutinou uma mão de obra essencialmente barata, composta por trabalhadores sem contrato de trabalho e sem condições de retornarem ao mercado de trabalho formal. Logo, a catação de materiais recicláveis que surge como uma alternativa frente ao desemprego estrutural que assola, sobretudo mulheres, tem se constituído em uma alternativa, tanto para a indústria da reciclagem, quanto para a reprodução social dos catadores e catadoras.

Na compreensão de Escurra (2011), a existência das atividades e relações estabelecidas pelos catadores de recicláveis, na atualidade, precisa ser compreendida como uma produção capitalista de formas não - capitalistas de produção. Segundo ela, trata-se de uma subordinação indireta entre o catador e a produção capitalista visto que o trabalho do catador se materializa nos produtos coletados e, posteriormente, comercializados. Portanto, é pela intermediação do capital comercial que se extrai o trabalho excedente dos catadores e realiza-se a sua transferência ao capital industrial. Continuando, a autora sinaliza que “nesta forma de organização social interessa o trabalho excedente, independentemente de que seja ou não sob a forma de mais valia” (p. 6).

Embora haja diferenças entre os números de catadores no País apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR)³, concordamos com o segundo, para quem são entre 800 mil e 1 milhão de catadores trabalhando

³ Pesquisa realizada por Silva, Goes e Alvarez, em 2013, utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010, indica aproximadamente 400 mil catadores. Para o MNCR, já eram mais de 1 milhão de catadores naquele mesmo ano.

nas ruas e nos lixões do País. Ainda segundo o MNCR, esse número pode ter aumentado se considerarmos o aumento do desemprego a partir de 2015 e o contexto de pandemia enfrentado pelo País, a partir de 2020. Em uma matéria intitulada “Crise multiplica catadores, mas reduz o lixo”, o autor aponta a situação dramática dos trabalhadores desempregados e a adoção do trabalho de coleta de recicláveis como estratégia de sobrevivência por parte dos mesmos, tanto pela facilidade de ingressar neste mercado, quanto pelo retorno financeiro imediato que esse trabalho proporciona (CARRANÇA, 2019). Ainda segundo Carrança (2019), tendo como fonte os dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019) “o número de catadores informais de material reciclável cresceu 48% no Brasil entre dezembro de 2014 e igual mês de 2018”. Para o MNCR, no entanto, não se pode desconsiderar que essa taxa que tem como referência a PNAD Contínua (IBGE, 2019), poder ser bem maior, já que nem todos os catadores consideram a catação como sua atividade principal, levando a uma subnotificação deste dado. Além disso, o MNCR alerta que, ao serem entrevistadas em domicílio, as catadoras, também costumam informar que sua ocupação principal é a de dona de casa e não a de catadora, reforçando a subnotificação.

As mulheres catadoras constituem a maior parte da força de trabalho na catação de recicláveis no Brasil; elas representam 70% desta categoria, sinalizando para a feminização deste trabalho (MNCR, 2014). Para Hirata (2002), o conceito de “feminização do trabalho” é polissêmico e traduz um conjunto diverso de representações. Todavia, como categoria teórica de análise dos sociólogos da década de 1990, a “feminização” diz respeito às mudanças no mercado de trabalho pós- consenso de Washington e, portanto, articula-se aos processos de desemprego estrutural e de flexibilização dos direitos e terceirização e outras formas de precarização com o avanço da gestão neoliberal do trabalho pelos Estados. Para alguns autores, a integração maciça das mulheres no mercado de trabalho esteve diretamente associada aos salários inferiores, ausência de vínculos e direitos trabalhistas e previdenciários e, na grande maioria das vezes, em ocupações manuais.

Nessa perspectiva, a utilização do conceito de “feminização do trabalho” na reciclagem articula a presença maciça de mulheres nas atividades de coleta/triagem/prensa e comercialização, dentro e fora das cooperativas e associações de catadores. Foi sobretudo a partir da década de 1990, com o

avanço do desemprego e as iniciativas à criação de cooperativas, que a Economia Solidária passou a fomentar a organização de produtores e trabalhadores em diferentes ramos, principalmente, mulheres, sendo a catação uma dessas atividades como forma de enfrentamento do desemprego e também da organização dos seus interesses em comuns (CHERFEM, 2016). Como uma atividade que não requer maiores qualificações e que seja “flexível”, visto que são trabalhadoras autônomas, as mulheres conseguem conciliar o trabalho reprodutivo e o produtivo. Nesta análise o gênero se cruza com a raça, pois a maioria dos catadores se autodeclaram negros e negras, eles representam 66,1% na atividade de catação (SILVIA GOES e ALVAREZ, 2013, apud CHERFEM, 2016).

Concerne destacar que o trabalho da catação é precarizado, insalubre, mal remunerado, desprestigiado e, historicamente invisibilizado pelos governos e pela sociedade, ainda que a partir de 2003 os catadores de recicláveis tenham ganhado espaço nas mídias e nas Políticas Públicas. De acordo com Martins (2023) as políticas públicas voltadas para as/os catadoras/os de materiais recicláveis tiveram início no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), tendo continuidade no governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Os incentivos e apoio se consolidaram na elaboração da Lei nº 12.035/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A PNRS foi uma importante conquista do MNCR que garantiu a sua consolidação e reconhecimento, assim como “[...] à corresponsabilização pelos materiais recicláveis, às condições de trabalho das/os catadoras/es, à promoção de reciclagem por meio de cooperativas de trabalhadoras/es [...]” (MARTINS, 2023, p. 52). Durante o governo de Lula e Dilma também foram implementadas políticas de trabalho e renda que subsidiaram o sustento de muitas famílias. No entanto, no governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), ocorreu um intenso desmonte e enfraquecimento das Políticas Públicas voltadas para a Economia Solidária, somado a ausência de gestão no contexto de pandemia de covid-19, que impactou diretamente as/os catadoras/es (MARTINS, 2023).

Cabe enfatizar que durante os 19 anos de elaboração PNRS (2010) no Congresso Nacional, o MNCR participou ativamente representando os interesses dos catadores. Mais recentemente, os catadores de recicláveis voltariam a ganhar visibilidade e reconhecimento, na transmissão da faixa

presidencial ao Presidente Lula, em janeiro de 2023, por uma mulher negra e catadora.

Foram muitas as associações e cooperativas de trabalhadores vinculados ao trabalho na catação de recicláveis apoiadas pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), dentre outros programas e projetos do Governo Federal. No entanto, eles não foram suficientes para enfrentar as condições precárias de trabalho e os baixíssimos rendimentos auferidos pelos cooperados e cooperadas e nem para realizar as diretrizes apresentadas pela PNRS (BRASIL, 2010) e pelo Decreto que a regulamenta, também, de 2010 (Decreto nº 10.936). Os esforços no campo jurídico-político -institucional não foram suficientes para transformar as práticas hegemônicas que operavam e, ainda operam, em grande parte do território nacional e concorrem para que ela não se realize integralmente, o que vem criando um conjunto de conflitos com os interesses dos catadores organizados em cooperativas e associações, dentre eles, a disputa pela participação nas políticas de coleta seletiva, sob responsabilidade dos governos municipais.

É sobre esse contexto de aprofundamento do neoliberalismo no País após o Golpe jurídico-parlamentar de 2016 (FLEURY, PINHO, 2020) e de agudização dos conflitos de classe e frações de classe, dentre outros interesses corporativos organizados, e seus impactos (e retrocessos) na agenda da política de resíduos sólidos, que pretendemos tratar neste trabalho, chamando atenção para o processo de resistência das Cooperativas de Campos dos Goytacazes/RJ, sob a gestão e o protagonismo das catadoras.⁴ Para tal, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica sobre a problemática apresentada no sentido de subsidiar a análise e problematização dos “achados” da pesquisa quanti-qualitativa realizada com cooperados das quatro cooperativas de catadores do município

⁴ Ver ALMEIDA, E. T. V. *et al.* Protagonismo e esfera pública em Campos dos Goytacazes: a trajetória recente dos catadores do Lixão da Codin. *In:* PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (orgs.). **Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional.** Rio de Janeiro: IPEA, 2016 e ALMEIDA, E. T. V. de. Conflito e resistência na periferia da cidade - a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ, 2010 -2019. *In:* LAGO, L. C. do; MELLO, I.; PETRUS, F. (org.). **Da cooperação na cidade à cidade cooperativa.** 1.ed. Marília/SP: Editora Lutas anticapital, 2020, p. 81-118.

de Campos dos Goytacazes/RJ, no período compreendido entre dezembro de 2021 e maio de 2022, como forma de atualizar a análise sobre essas cooperativas e suas condições de trabalho e autogestão e dos desafios experimentados no seu cotidiano, prioritariamente pelas mulheres negras, segmento majoritário nessas organizações.

2 OBJETIVO

O objetivo deste artigo é atualizar os dados e a discussão acerca das quatro cooperativas de materiais recicláveis que foram implementadas, entre 2015 e 2017, após o fechamento do lixão da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) em 2012, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Com isso, pretende-se apresentar os dados elucidando a precarização do trabalho nas cooperativas, de modo a chamar atenção para o descaso do poder público local com a política de coleta seletiva no município, bem como a feminização do trabalho na catação, suas consequências e desafios perante o neoliberalismo.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a produção deste artigo, contou com uma ampla revisão bibliográfica, na tentativa de dar conta da discussão apresentada e, também, das questões trazidas pela pesquisa de natureza quanti-qualitativa, realizada com os cooperados das quatro cooperativas e mais as entrevistas semiestruturadas realizadas com catadoras cooperadas das Cooperativas Renascer e Nova Esperança. Inicialmente, logo após o arrefecimento da pandemia da Covid -19, foram aplicados 44 formulários aos cooperados das quatro cooperativas de materiais recicláveis, equivalente a uma amostra de 74,57% do universo dos cooperados. A aplicação dos formulários se deu com a ida nas quatro cooperativas de materiais recicláveis e foi possível conhecer e observar a realidade do local de trabalho dos catadores. Foram aplicados no período de dezembro de 2021 e maio de 2022, durante a pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD), e seus resultados serão apresentados e analisados no

Capítulo 2. Também foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com os sujeitos principais deste trabalho, que são as mulheres catadoras.

4 RESULTADOS

4.1 EXPROPIAÇÃO DO CAMPO, SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA E A PRODUÇÃO SOCIAL DO CATADOR DE RECICLÁVEIS

Tradicionalmente composta por ex-trabalhadores rurais, expropriados do campo a partir dos anos de 1950 e que encontraram dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho formal, a catação de recicláveis aparece como uma estratégia de sobrevivência para a parcela da classe trabalhadora que compõe, no entendimento de Marx (1979), a “superpopulação relativa”, uma população trabalhadora excedente, produto do processo de acumulação capitalista e condição de existência desse mesmo modo de produção. Portanto, um exército de sobrantes que não serão incluídos no mercado de trabalho capitalista, e que no caso de Campos dos Goytacazes/RJ, são concebidos como “deserdados da cana” (CRUZ, 1992).

Em Campos dos Goytacazes, a introdução de novas técnicas de transporte no campo e a redução das formas de colonato e parceria, acentuados no final dos anos de 1960, com as mudanças nas relações trabalhistas, provocaram um forte movimento migratório para cidade (CRUZ, 1992; BENETTI, 1986). Instalados nas periferias e favelas, essa força de trabalho, mesmo retornando à lavoura de cana de açúcar no período de safra, na condição “boia-fria”, constitui, agora, uma força de trabalho barata e disponível para outros capitais (BENETTI, 1986), majoritariamente às atividades da construção civil e, também, ao emprego doméstico (CRUZ, 1992).

A oferta abundante desta força de trabalho, em sua maioria negra, no mercado de trabalho local e regional, inicialmente por conta da entressafra e, mais tarde, em decorrência do processo de falência das Usinas, contribuiu para a criação de uma superpopulação relativa flutuante (MARX, 1979) ou de um “exército de biscateiros” (CRUZ, 1986), que agiu diretamente no rebaixamento dos salários, assim como, na redução da oferta de postos de trabalho com a devida proteção legal e os direitos trabalhistas.

A generalização da figura do “boia-fria”, como trabalhador temporário, permitia a ele alternar o trabalho rural com o biscate urbano (CRUZ, 1986), dentre eles, a catação de recicláveis no lixão como forma de sobrevivência e de sustento dos seus filhos, sobretudo, no período da entressafra da cana que durava em torno de quatro a seis meses. Mais adiante, já nos anos de 1980, o município seria fortemente impactado com as repercussões da crise econômica mundial e nacional. A hiperinflação e desemprego, em pleno processo de redemocratização política e de retorno do Estado de Direito não permitiu que a crise da agroindústria sucroalcooleira local fosse tratada com os mesmos privilégios concedidos pelos governos militares, isto é, com a injeção de recursos via bancos e instituições de crédito públicos, subsídios, compensações, dentre outras benesses, o que contribuiu para o fechamento de dezenas de usinas locais e para o agravamento do desemprego (CRUZ, 2003).

Esta crise vai se estender e atravessar toda a década de 1990 e o início dos anos 2000, com a liberalização da economia por intermédio da adoção do receituário neoliberal, da reestruturação no mundo do trabalho e da política de ajuste fiscal, promovendo uma drástica redução dos postos de trabalho no país e, por conseguinte, no município. Em Campos, embora a grande maioria dos trabalhadores rurais já não residisse mais nas fazendas, o fechamento das usinas provocou um forte desemprego entre os trabalhadores. Ainda que o lixão fosse um ambiente insalubre e inapropriado para o trabalho, ele fornecia condições de vida melhores do que o trabalho na cana, uma atividade marcada pela subalternidade e pelo controle direto da força de trabalho (ALMEIDA, 2021).

Entre as mulheres, as narrativas sobre o trabalho no lixão, além de estratégia de sobrevivência e sustento dos filhos, aparecem vinculadas ao enfrentamento da violência doméstica praticada pelo companheiro, à possibilidade de trabalhar próximo da moradia, sobretudo para as mães com filhos menores e, ainda, como uma alternativa ao emprego doméstico, como relata uma das entrevistadas: *“ali a gente podia sair qualquer horário que a gente quisesse, do lixão. Podia sair três e meia, ninguém mandava em ninguém. A gente trabalhava pra gente.”* (Entrevistada. Netrad, 2023). Os relatos das catadoras sobre sua trajetória de trabalho inclui o trabalho na roça, o trabalho na “casa de família” e no lixão, sintetizando as experiências de trabalho da grande maioria das mulheres, particularmente aquelas da primeira geração.

O trabalho “em casa de família”, embora tenha feito parte de 25% (NETRAD, 2022) do itinerário de trabalho das catadoras do lixão, não gozava de reconhecimento por parte delas e, nem, tampouco trazia boas memórias, como demonstram os relatos acima. Observa-se, através das narrativas, que o emprego doméstico reunia, ao mesmo tempo, a perda da autonomia, a vigilância, a superexploração e as humilhações. Uma das catadoras relata que já chegou a trabalhar mais de 10 horas por dia e 6 vezes na semana em casa de família e, que quando engravidou foi mandada embora.

Realizado tradicionalmente pelas escravas e depois pelas mulheres negras e pobres, o trabalho doméstico, ou “em casa de família”, como é nomeado pelas catadoras, é uma atividade extremamente desvalorizada socialmente, de menor remuneração e a última ocupação a ter, parcialmente, os seus direitos reconhecidos, somente em 2015. E atualmente, dados da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio - PNAD Contínua (IBGE, 2022), indicam que 25,6% das trabalhadoras domésticas têm carteira assinada, ou seja, uma parcela ínfima tem acesso aos direitos, o que denuncia sua precariedade. Historicamente a associação entre mulheres negras e este mercado de trabalho, denuncia o legado da escravidão, o racismo estrutural e institucional e, portanto, a ausência de uma cultura política hegemônica que fosse capaz de direcionar a ação do Estado brasileiro em direção à integração dos negros e negras, no campo e na cidade.

Como se vê esse círculo intergeracional da pobreza que vinha sendo enfrentado por intermédio da universalização do acesso à escola pública, aos programas de combate ao trabalho infantil pela via da transferência de renda, também universalizada, parece retornar com a crise econômica a partir de 2015 e o crescimento do desemprego entre os adultos, em especial, entre as mulheres negras, que acabam retornando a trabalhos que se caracterizam pela precariedade e superexploração como estratégia de sobrevivência mas acabam retornando ao lixão.

4.2 A INCUBÊNCIA DAS MULHERES NA RESISTÊNCIA E NA MANUTENÇÃO DAS COOPERATIVAS

Observa-se que a catação como atividade informal, vem sendo o aglutinador de uma massa de trabalhadores essencialmente pobres⁵, formada majoritariamente por mulheres negras trabalhadoras, que além de serem responsáveis pelo sustento da casa, também são responsáveis pelo cuidado com suas famílias. Isso implica na difícil conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo, que aponta para a dupla jornada de trabalho.

Para além da divisão sexual do trabalho Cherfen (2016) traz importantes reflexões no que tange a divisão racial do trabalho, “[...] o conceito de divisão racial do trabalho ajuda a refletir sobre os papéis sociais do trabalho de brancos em detrimento do trabalho de negros.” (CHERFEN, 2016, p. 48) Como já discutido, negros e negras são a imensa maioria no trabalho da catação. Isso é reflexo das políticas colonialistas e racistas que são herança do longo período de escravização que este país passou. Na cidade de Campos, as mulheres representam 54,54% (NETRAD, 2022) nas cooperativas de materiais recicláveis, confirmando a feminização nas cooperativas de recicláveis apontada por Cherfen (2016), sendo que 83,33% das mulheres são negras.

Após o fechamento do lixão em 2012⁶, em Campos, as catadoras protagonizaram a ação coletiva junto a outros segmentos da sociedade civil e do MNCR fortalecida pela aliança com o governo federal, em diálogo com o poder público para a inclusão socioeconômica delas (ALMEIDA, 2021). Além disso, os catadores passaram a se organizar e a realizar manifestações coletivas chamando atenção do poder público e das mídias, a fim de reivindicar o direito ao trabalho, bem como denunciar a forma truculenta que se deu o fechamento do lixão, como relata uma das catadoras. *“Foi muito complicado menina, foi muito complicado. Cê imagina o pessoal chegando pra trabalhar, você com policiais, guarda, tudo fechado, não deixando ninguém subir e o lixo sendo jogado fora, sendo aterrado”* (Entrevistada. L. NETRAD, 2023). Uma outra catadora acrescenta: *“Parou do nada, a gente indo trabalhar, fechô. Teve aquele monti de povo fazendo manifestação”* (Entrevistada. B. NETRAD, 2023).

⁵ Ecurra (2011, p. 4) compreende “[...] o trabalho do catador de papel - enquanto uma forma particular de manifestação de pobreza [...]”

⁶ O fechamento foi devido a PNRS (2010). “[...] Na tarde do dia 11 de junho de 2012, os catadores que se encontravam no aterro foram violentamente expulsos por vigilantes armados [...]” (ALMEIDA, 2020, p. 99)

Desse modo, vale enfatizar o papel das lutas populares no enfrentamento das demandas sociais, econômicas e políticas, ressaltando o protagonismo das catadoras na ação política e no diálogo com o poder público, que resultou na implementação das quatro cooperativas de materiais recicláveis (Reciclar, Cata-Sol, Nova Esperança e Renascer) na cidade de Campos. Foi a partir da luta coletiva, protagonizada pelas catadoras que ocorreu o avanço da coleta seletiva e a contratação de parte dos catadores pelo governo municipal (ALMEIDA, 2021).

Quase sempre os movimentos dos subalternos são vistos pela sua negatividade, isto é, pelo o que eles não são, em comparação aos movimentos tradicionais. “Percebidas como manifestações carentes de uma consciência de classe, sem um projeto societário anticapitalista que os oriente, alguns analistas tendem a recusá-las, rejeitando o sentido de contestação e de rebeldia que elas portam [...]” (ALMEIDA, 2021, p. 4). Neste sentido para Almeida (2021), estes movimentos requerem um olhar mais atencioso, considerando os novos atores sociais que vêm ocupando e ressignificando o espaço urbano através das experiências de luta coletiva.

Apesar dessas considerações, não se pode negar que foi a partir do movimento das catadoras que o poder público, mesmo que timidamente, respondeu a este grupo subalterno, pois, apesar do município ter cumprido com o fechamento do lixão, conforme previa a PNRS (2010), tal medida não veio acompanhada da ampliação da coleta seletiva com a participação das cooperativas, o que gerou grande impacto na vida daqueles que tiravam o seu sustento do lixão (ALMEIDA, 2020). Importa enfatizar, também, que ainda que a constituição desse movimento coletivo tenha se dado a partir das necessidades emergentes dos catadores, após o fechamento do lixão, a sua permanência até o momento atual requer atenção e problematização. Além disso, o processo de fragmentação do movimento, hoje representado pelas quatro cooperativas, a falta de articulação política entre elas e a cooptação de algumas lideranças por parte do Governo local ameaçam o processo de autogestão coletiva dos catadores. Todavia, a sua resistência significa que as cooperativas também constituem um espaço de união, de solidariedade e de compartilhamento de um projeto político, que é o direito ao trabalho. Para Almeida, além da “oportunidade

política”, considerando os avanços do projeto dos catadores nos governos do PT, entre 2003 e a,

O que queremos salientar é que a resposta coletiva dos catadores, em Campos, não foi o resultado, apenas, da perda do seu “meio de vida”, mas o entrecruzamento e a articulação de um conjunto de fatores de natureza objetiva e subjetiva, oportunizados pelo encontro de diferentes pessoas, grupos, instituições e organizações que juntos, foram capazes de transformar aquilo que seria “mais um protesto realizado nas periferias da cidade” em um movimento local protagonizado pelos subalternos, com forte conotação feminina e negra. (2021, p. 108).

Após a abertura das quatro cooperativas e a destinação da coleta seletiva do município para três delas, considerando que uma delas, ainda, trabalha com resíduos da coleta tradicional, o cenário vem se modificando desde o ano de 2017. A associação da crise econômica e política pós-Golpe de 2016, a eleição do novo governo e sua proposta de desconstrução das políticas públicas, de modo geral, e sua substituição pela antipolítica e, ainda, a crise sanitária, a partir de 2020, ampliou as dificuldades das cooperativas. A ausência de respostas por parte do Poder Público local vem impondo um conjunto de limites à permanência dessas mulheres nas cooperativas, considerando a diminuição da coleta local, a insuficiência de material para elas trabalharem, a piora nas condições de trabalho, a suspensão do transporte (caminhão) cedido às cooperativas, dentre outras consequências do avanço da lógica gerencial nas políticas de governo em detrimento das necessidades sociais dos grupos subalternos (ALMEIDA, 2020). O aprofundamento da precarização das condições de trabalho traz consigo um conjunto de tensões e conflitos para o interior das cooperativas e, também no que se refere ao desentendimento político entre elas, considerando a lógica da competitividade e, também, a ação dos intermediadores político-partidários ligados aos diferentes governos, sempre presente. Menciona-se ainda, que é desejo delas permanecerem nas cooperativas em melhores condições de trabalho e rendimento, o que demanda o reconhecimento do Governo local⁷.

Ainda que o poder público venha dificultando a permanência das cooperativas e da sua autonomia, elas ainda constituem o principal trabalho de muitos catadores, dentre eles, das catadoras negras, empobrecidas e de baixa

⁷ Essa negociação conta com intermediação da Defensoria Pública desde o ano de 2011, ano da representação à Instituição pelos catadores e outras Organizações da Sociedade Civil.

escolaridade, conforme aponta os dados do Netrad (2022)⁸. E mais, há que se considerar a experiência no trabalho com resíduos, a proximidade com a moradia e a flexibilização do horário de trabalho. Cerca de 52,27% dos cooperados se apresentaram como solteiros, sendo 47,82% deles mulheres com filhos, ou seja, mães “solos”. Mais da metade das cooperadas além de terem múltiplas jornadas de trabalho, são as únicas responsáveis pelo sustento e cuidado dos filhos. Este não é um dado que destoia da realidade concreta de vida das mulheres brasileiras, pelo contrário, as famílias monoparentais femininas estão cada vez mais frequentes no cenário brasileiro (FERNANDES, 2022). Nesta perspectiva, como majoritariamente as cooperadas residem no entorno das cooperativas, a flexibilidade no trabalho contribui para que elas possam atender às demandas advindas de casa, como levar e buscar os filhos na escola, fazer comida, dentre outros e conciliar o trabalho nas cooperativas.

De acordo com o Netrad (2022) 61,36% dos cooperadas recebem menos de R\$ 500 mensalmente e 22,72% recebem entre R\$ 500 a R\$ 700, apenas 11,36% recebem mais de R\$ 700, isso aponta para o cenário de pobreza ou até mesmo de extrema pobreza se considerar os que recebem menos de R\$ 500 mensais. De acordo com o II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto de Pandemia da COVID-19 (II VIGISAN) 36,8% das famílias brasileiras tinham renda per capita média de até ½ salários mínimos e 57,1% dos domicílios tiveram que cortar despesas necessárias para caber no orçamento. Ainda que o rendimento seja muito baixo, principalmente, em duas das cooperativas, a experiência dos(as) catadores(as), nesses últimos seis anos, fortaleceu a compreensão dos(as) mesmos(as) sobre a potencialidade deste trabalho coletivo. Essa compreensão contribui para a permanência das catadoras mais antigas nesta resistência.

Além de ainda se constituírem a maioria dos trabalhadores nas cooperativas, são elas que estão à frente, enquanto presidentes e protagonistas da luta pela melhoria das condições das cooperativas. Ainda que 68% (NETRAD, 2022), tenham respondido que gostariam de mudar de trabalho; 95,45% disseram que gostam de trabalhar nas cooperativas e que permaneceriam caso

⁸ Segundo os dados do NETRAD (2022), 78,23% das cooperadas tem apenas o ensino fundamental.

as condições de trabalho e de rendimento melhorasse. Isso demonstra que aqueles que alegam trabalhar na cooperativa por necessidade e que gostariam de um trabalho onde eles ganhassem mais, são os mesmos que dizem que gostam de trabalhar na cooperativa, seja pela certa autonomia, a ausência do controle ou por ser *“um ambiente tranquilo e familiar”*. Esses indicadores de pobreza se agravam nos domicílios em que as pessoas de referência são mulheres e/ou negras(os) (II VIGISAN, 2022). Para as catadoras, além do descaso do poder público, a pandemia da Covid -19 também contribuiu para a piora dos rendimentos (NETRAD, 2022).

Também segundo o Netrad (2022), a maioria das cooperadas recebem alguma modalidade de transferência de renda e 90% responderam que recebem o Programa Bolsa Família. De acordo com Almeida (2020), mesmo com o cenário de intensa precarização, as cooperativas vêm traçando estratégias a fim de conter os conflitos internos, oriundos, sobretudo, da precarização do trabalho, uma das estratégias utilizadas é a participação de todos os cooperados nos processos de trabalho. Ainda que os trabalhos considerados mais pesados de forma braçal, seja executado majoritariamente pelos homens, não significa que as mulheres também não executem essas tarefas.

Como se pode perceber, o baixo rendimento associado à precarização das relações e condições de trabalho vêm agudizando, na escala local, as possibilidades que essa economia popular e solidária poderia representar em termos de enfrentamento do desemprego e de construção de projeto coletivo de resistência ao crescente processo de privatização dos bens e serviços públicos. Não por acaso, Almeida (2020) salienta que os gestores públicos locais temem a autonomia política dos grupos subalternos, pois eles desmontam o sistema clientelista local, responsável por reproduzir uma cultura política conservadora, autoritária e não participativa, representada pelas esferas públicas locais. A experiência da autogestão coletiva vinculada a um movimento social pode e deverá produzir uma outra forma de trabalho e de sociabilidade, ampliando a noção de política e de responsabilidade coletiva. Nesse sentido, pode se afirmar que o descaso com as cooperativas, reflete o avanço da racionalidade gerencial e privatista no Estado em detrimento das necessidades sociais da classe que vive do trabalho.

5 CONCLUSÃO

Embora Campos tenha cumprido com a PNRS (2010), encerrando o lixão em 2012 após 25 anos de atividade, não cumpriu com as diretrizes orientadas pela PNRS (2010) quanto à inclusão socioeconômica dos catadores e nem ampliou a coleta seletiva no município. Pelo contrário, não fez disso uma prioridade, deixando a maioria sem acesso ao trabalho, incluindo os catadores apenas em programas de transferência de renda. Somente três anos depois do fechamento do lixão que a prefeitura entregou o primeiro galpão (Reciclar), fruto de muita luta por parte das catadoras que se organizaram e se articularam politicamente, tendo o apoio do MNCR e da Universidade, através de diálogos com a prefeitura intermediados pela defensoria pública (ALMEIDA, 2021).

Passados quase 10 anos do primeiro galpão entregue, atualmente os catadores vivem constantemente desamparados pelo poder público municipal, que vem responsabilizando-os pela manutenção das cooperativas e pela sua própria reprodução social. A partir do momento em que não oferecem condições básicas para a realização do trabalho e diminuem extremadamente os pontos de coleta seletiva no município, fato, determinante para a queda brusca nos rendimentos e nos conflitos entre os catadores. Esse gargalo, com certeza, vem excluindo uma parcela significativa de famílias em situação de vulnerabilização, seja pelo desemprego, seja pela informalidade da ocupação, seja pelo desalento ou pela subutilização dos mesmos

E, ainda que as políticas de incentivo à Economia Solidária tenham sido demasiadamente enfraquecidas após o golpe de 2016, não se pode negar que o município de Campos tenha grande responsabilidade quanto à situação atual das catadoras, visto que o poder público local não constrói fontes efetivas e diálogos para a solução das cooperativas. Portanto, é nítido que o compromisso do município é com as grandes empresas privadas de coleta seletiva, como a Vital, e tem por objetivo acabar com as cooperativas de materiais recicláveis. Com isso, os cooperados são relegados à própria sorte e sobrevivem através de programas de transferência de renda, ações municipais como o restaurante popular situado no centro da cidade que oferece um número limitado de refeições por 1 real, e de contribuições de terceiros, como cesta básica. Pois não importa

para o município que este público tenha autonomia política, confirmando o histórico clientelista da cidade.

6 REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, E. T. V. et al. Protagonismo e esfera pública em Campos dos Goytacazes: a trajetória recente dos catadores do Lixão da Codin. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs.). **Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira. **Conflito e resistência na periferia da cidade-a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ**. 2010-2019. p. 81. In: LAGO, Luciana Correia do; MELLO, Irene e PETRUS, Fernanda. *Da cooperação na cidade à cidade cooperativa*. Ed. Lutas anticapital, 2020.

ALMEIDA, É. T. V. **O protagonismo dos sujeitos periféricos em Campos dos Goytacazes**. Relatório do Estágio Pós-Doutoral (Pós-Doutorado em Sociologia Política). UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ, 2021.

BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural/urbano. In: PIQUET, R. (org.). **Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.

BOSI, A. **A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 66-191, jun. 2008.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm. Acesso em: 19 set, 2023.

CARRANÇA, T. **Crise multiplica catadores, mas reduz o lixo**. Valor Econômico, São Paulo, 10 mai. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/05/10/crise-multiplica-catadores-mas-reduz-o-lixo.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2023.

CHERFEN, C. O. Relações de Gênero e Raça em uma Cooperativa de Resíduos Sólidos: Desafios de um Setor. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (orgs.). **Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p.47-74.

CRUZ, J. L.V. **Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 159-178, set./dez. 1992.

CRUZ, J. L. V. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos/RJ. In: PIQUET, R. (Org.). **Acumulação e pobreza em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Edições PUBLIPUR/UFRJ, 1986.

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003, 340 p.

FERNANDES, P. D. S. **Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo**. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Faculdade de Ciências e Letra, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

GRECCO, F. S. **Produção e reprodução capitalista na indústria da reciclagem: uma análise do trabalho de catação de materiais recicláveis no interior paulista**. 2014.

HIRATA, H. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Cadernos Pagu. Campinas, n. 17-18, p.139-156, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Ministério da Economia. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Ministério da Economia. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARX, K. O Capital {Livro Primeiro, vol.III}. In: MARX, K. **A Lei Geral da Acumulação**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979. pg 733-734.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES - MNCR. **Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis**. Página Online do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 21 mar. 2014. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 26 set, 2023.

NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO POLÍTICA - NETRAD. **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD**. Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2013, 2016, 2020, 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. VIGISAN. **Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia por COVID-19 no Brasil**. https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf (accessed on 04/May/2023)

SILVA, S; GOES, F; ALVAREZ, A. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável**. Brasília: Ipea, 2013